

Aos 13 do mês de abril do ano de 2023 ocorreu reunião do CMPC, no “Plenarinho” da Câmara de Vereadores de Santa Maria. O presidente Sérgio Marques iniciou cumprimentando os presentes, e passou a palavra a Cássio Corbelini, que iniciou com o item 1 da pauta: proposta preliminar da aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo em SM. Previamente, informou que retornou o comunicado da reunião por email a membros externos interessados, já que, agora, está voltando à presencialidade. Tal situação havia sido suprimida na forma online, por conta dos acessos de invasores/hackers. A prévia do texto da Lei Paulo Gustavo, avaliada hoje, será enviada aos segmentos para adequações, ressalvas, etc. Também será enviada por email. Trata-se de Lei focada na cadeia produtiva do audiovisual e demais áreas artísticas. Cassio explanou o documento, fez a leitura da forma de aplicação, destacando a economia criativa e solidária, embora contemple ainda outras, em formas mais diversificadas que a Lei Aldir Blanc - a qual não teve a adesão que se esperava, e por isso, serviu de base de análise para que de criasse uma minuta da LPG que contornasse os possíveis erros de oferta da LAB. O texto conceitua vários termos importantes e que precisam estar claros aos futuros interessados em concorrer com propostas. Também frisou que os projetos culturais beneficiam vários trabalhadores, e não apenas o proponente, e a forma da Lei Paulo Gustavo traz esta transversalidade na forma de contemplar “artes integradas”. Proposta em si: um edital de R\$642mil para 34 projetos nas diferentes áreas conforme descritas na proposta, em três faixas de valores, todas detalhadas no documento que foi apresentado, que se revelou sucinto, objetivo e de fácil leitura, em apenas cinco páginas. Como adição da Secretaria Municipal de Cultura, sugere-se um Plano de Continuidade, que entra como um bônus para que o(s) artista(s) tenham uma perspectiva de sustentabilidade com um investimento inicial já, em certa medida, garantido (por exemplo, cobrando ingressos ou fazendo um caixa que possibilite novas ações futuras, retroalimentadas por ganhos advindos do projeto contemplado na LPG). O segmento Circo sugere que haja um valor mínimo de R\$20mil nas contemplações do edital. Fabiano Godinho (?) sugere que 5% do valor total da LPG fique com a Prefeitura Municipal, para fins de administração dos projetos, em razão de custos inerentes, os quais a PMSM acabaria absorvendo. Cássio informou que há excelentes produtores culturais que fizeram capacitações e se mostraram extremamente competentes na gestão e aplicação de suas propostas. Os recursos deverão ser liberados na primeira semana de maio, para o qual a prefeitura apresentará um plano de trabalho, que após aprovado garante o repasse. Geison Sommer recordou que editais anteriores eram menos “amigáveis” ao que parece, assim como a conceituação de *espaço cultural* como diferente de *espaço físico*. Sugere que sejam observadas e encorajadas estratégias de desdobramentos dos projetos para um caminho da sustentabilidade desses. Cássio explica que a burocracia, exigida pelo TCU, é inerente à recepção de determinadas formas de fomento. O Vereador Valdir Oliveira reuniu-se ao grupo. A Conselheira Fabiana, do segmento teatro, como proposta do Teatro: 6 projetos de R\$50mil e 15 projetos de R\$20mil, assim como critérios de avaliação para algo mais claro em termos de dinâmicas de produção (critérios precisos e objetivos) para o Plano de Continuidade, pois terão de ser propostas avaliadas e coerentes. Aline Zuse compartilhou dos esforços da SMC, em iniciativas feitas à exaustão, para ações da LAB sobre os grupos invisibilizados (indígenas, quilombolas, periféricos, etc.). Também apoia se mude o termo para “desdobramentos”, ou algo similar, para que todos compreendam que haja mais perenidade. E que haja o valor do que vai ser retido na fonte aos contemplados (27% menos), descritivamente (exemplo, R\$14.000,00 se tornam R\$9.800,00). E também apoia que o valor mínimo de prêmio seja R\$20mil. Daniel Paim pontua que os pareceristas voluntários nada recebem, ao passo que os pareceristas indicados são contratados

mediante comprovação de capacidade técnica e recebem para isso, causando quebra de isonomia entre os envolvidos. O ideal, segundo Cássio, para assegurar a isenção, seria trazer avaliador(es) de fora da cidade para o processo. Publicizar os projetos vencedores na íntegra, Cassio apenas frisa que se observe a Lei de Proteção de Dados. Ninguém mais desejando se manifestar, fica para reunião, em maio, a definição da forma final do edital LPG, assim como a discussão do Plano de Trabalho. Há possibilidade de aporte extra por meio do Funcultura. Cássio pede que a reunião seguinte seja em 11 de maio. Item 2 da pauta, chapa única aclamada pelos presentes, sendo formada por Presidente: Sérgio Marques (Cultura Popular), Vice-presidente: Laura Dias (Tradição e Folclore), 1ª Secretária Jéssica Dalcin (Design) e 2ª Secretária: Maria Rita Py (Cultura Afro). Item 3 da pauta, Assuntos Gerais: Daniel Paim sugere tema da Conferência 2023; que haja configuração de fóruns temáticos de cada segmento; que os conselheiros faltantes sejam notificados e substituídos. Geison: mais movimento pelo projeto de lei do Funcultura junto do orçamento da prefeitura. Apresentação da nova conselheira da dança, Denise. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20:53 min. Eu, Jéssica Dalcin da Silva, lavrei a presente ata.